



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ESPECIALISTA - ARQUITETO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos destinada à redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

Texto 1 – Orgânico por um bom motivo

Chico Junior, *O Globo*, 25/11/2017 (fragmento)

O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico. A Dinamarca, por exemplo, começou há 25 anos uma política agrícola-ambiental que vai torná-la, até 2020, o primeiro país do mundo a ter sua produção de alimentos 100% orgânica. Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores.

Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico – a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica. É aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente e não utilizando fertilizantes químicos e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos. Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos.

A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas: aumento do que chamamos de consciência ecológica e o desejo de se consumirem alimentos mais saudáveis.

No Brasil caminha-se ainda lentamente, mas caminha-se, o que faz com que os produtos ainda sejam caros e fora do alcance da maioria. Mas o fato é que a produção vem aumentando ano a ano e os preços, de maneira geral, diminuindo.

1

No texto 1, a introdução tem a função textual de:

- (A) delimitar o tema a ser abordado no texto;
- (B) alertar para um problema na produção de alimentos;
- (C) indicar um exemplo a ser seguido;
- (D) prever um futuro a ser alcançado pelo Brasil;
- (E) aconselhar as autoridades sobre política agrícola.

2

Ao dizer que “O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico”, o autor do texto 1 apela para um tipo de figura de linguagem caracterizada pela:

- (A) personificação de seres inanimados;
- (B) utilização de um todo significando uma parte;
- (C) comparação entre um termo real e um figurado;
- (D) repetição enfática de termos;
- (E) presença de termos de significação oposta.

3

O segundo período do texto 1 tem a finalidade de:

- (A) destacar a importância da Dinamarca no cenário mundial da produção de orgânicos;
- (B) indicar um caso de sucesso, representado por um país de prestígio internacional;
- (C) comprovar uma afirmação anterior, que parecia demasiadamente vaga;
- (D) exemplificar um caso de êxito na produção de orgânicos como algo que deve ser adaptado à nossa realidade;
- (E) acrescentar um argumento que auxilie o convencimento de nossas autoridades agrícolas.

4

A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão semântica do seguinte vocábulo abaixo:

- (A) segunda-feira;
- (B) tenente-coronel;
- (C) inter-relacionamento;
- (D) cara-de-pau;
- (E) político-econômico.

5

O segundo parágrafo do texto 1 deve ser classificado, em termos de gênero textual predominante, como:

- (A) informativo;
- (B) instrucional;
- (C) didático;
- (D) publicitário;
- (E) injuntivo.

6

O segmento do texto 1 que NÃO apresenta uma marca metalinguística é:

- (A) “Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico”;
- (B) “a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”;
- (C) “É aquele produzido de forma sustentável”;
- (D) “e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (E) “inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta”.

7

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a utilização do termo “de passagem” informa ao leitor que:

- (A) algo de pouca importância vai ser incluído no texto;
- (B) um segmento de curta extensão vai ser inserido no texto;
- (C) uma mensagem essencial vai ser acrescentada ao texto;
- (D) uma pequena interrupção do tema central vai ocorrer;
- (E) uma retificação de algo anterior vai ser feita.

8

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a modificação de um elemento provoca mudança de sentido em:

- (A) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem;
- (B) Diga-se de passagem que o país que usa mais agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (C) O país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem, é o Brasil;
- (D) Seja dito de passagem que o país que mais usa agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (E) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, seja dito de passagem.

9

O segmento do texto 1 em que os termos sublinhados são redundantes é:

- (A) “Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores”;
- (B) “aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente”;
- (C) “os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (D) “são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos”;
- (E) “A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas”.

Texto 2 – Intercâmbio de alimentos

Renato Mocelline/Rosiane de Camargo, *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, p. 72.

A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos.

Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa pelas dificuldades que tinham de encontrar os tão desejados metais preciosos.

Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas. Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida.

10

O primeiro parágrafo do texto 2 funciona como:

- (A) uma afirmativa que é explicitada no decorrer do texto;
- (B) uma informação que é contestada a seguir;
- (C) uma referência histórica cujos termos são explicados;
- (D) uma opinião pessoal que não é satisfatoriamente justificada;
- (E) uma alusão geradora de curiosidade no leitor.

11

O texto 2 deve ser considerado prioritariamente:

- (A) narrativo, por estruturar-se em etapas cronológicas;
- (B) dissertativo-expositivo, por organizar-se em informações sem ligações de causa/consequência;
- (C) dissertativo-argumentativo, por apresentar um pensamento que é defendido no decorrer do texto;
- (D) descritivo, por mostrar características e qualidades das pessoas e coisas referidas;
- (E) injuntivo, por indicar, de forma didática, os caminhos a serem seguidos no estudo da alimentação na História.

12

“A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos”.

Com base nesse segmento inicial do texto 2, foram propostas várias modificações no texto; a opção de mudança que interfere com a correção gramatical ou modifica a mensagem original é:

- (A) em lugar de “a chegada dos europeus” poderia estar “a chegada europeia”;
- (B) em lugar da expressão “à América” poderia estar “na América”;
- (C) em lugar de “uma das transformações mais revolucionárias” poderia estar “uma transformação das mais revolucionárias”;
- (D) em lugar de “hábitos alimentares” poderia estar “hábitos de alimentação”;
- (E) em lugar de “dos seres humanos” poderia estar “do Homem”.

13

Observe os três segmentos abaixo, retirados do texto 2.

“por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”
 “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa...”

“Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”.

Nessas ocorrências, os pronomes demonstrativos empregados:

- (A) têm sempre por antecedente uma oração;
- (B) referem-se sempre a termos imediatamente anteriores;
- (C) mostram sempre referências a um de dois termos citados;
- (D) prendem-se sempre a elementos distantes no tempo;
- (E) ligam-se semanticamente a elementos já citados.

14

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

Observando esse segmento do texto 2, é possível observar que:

- (A) as duas ocorrências do termo “espanhóis” exemplificam classes de palavras diferentes;
- (B) as duas ocorrências do termo “nativos” exemplificam a mesma classe de palavras;
- (C) a seleção vocabular de “plantas e animais” foi feita por serem elementos que servem de alimentação ao Homem;
- (D) o adjetivo “exóticos” é fruto da opinião tanto de nativos quanto de espanhóis;
- (E) os vocábulos “natal” e “nativos” pertencem a diferentes famílias de palavras.

15

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

O termo sublinhado mostra uma oposição entre os seguintes pontos:

- (A) apesar de nos primeiros anos de conquista os espanhóis resistirem aos alimentos americanos, com o passar do tempo passaram a adotá-los;
- (B) apesar de os espanhóis trazerem consigo alimentos de sua terra natal, não deixavam de alimentar-se dos alimentos exóticos da América;
- (C) apesar de os espanhóis não se alimentarem com os produtos nativos, mandavam esses mesmos alimentos para a Europa;
- (D) apesar de os nativos oferecerem alimentos americanos aos espanhóis, os conquistadores não os comiam, enviando todos eles para a Europa;
- (E) apesar de os nativos comerem produtos exóticos, os conquistadores europeus não só os comiam como os enviavam também para a Europa.

16

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”.

Na reescritura desse segmento do texto 2, a pontuação está INADEQUADA em relação às regras de pontuação em:

- (A) Os espanhóis, nos primeiros anos de conquista, resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (B) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos e, por isso, trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (C) Nos primeiros anos da conquista os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (D) Os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, nos primeiros anos de conquista; trouxeram consigo, por isso, plantas e animais de sua terra natal;
- (E) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, e, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal.

17

No texto 2 há uma série de conectores; o conector sublinhado abaixo que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”/ consequência;
- (B) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ referência;
- (C) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ finalidade;
- (D) “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas”/ conclusão;
- (E) “Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”/ causa.

Observe a charge a seguir.



18

Na imagem há um grupo de elementos que representam oposição entre os dois personagens; a única distinção inexistente na charge é:

- (A) gordura X magreza;
- (B) alimentos industrializados X alimentos orgânicos;
- (C) refrigerante X suco natural;
- (D) frituras X produtos naturais;
- (E) carne X frutas, legumes e vegetais.

19

Considerando-se a charge como um texto argumentativo, o argumento apresentado se apoia na:

- (A) sedução, prometendo satisfação;
- (B) tentação, oferecendo vantagens;
- (C) intimidação, apelando para o medo;
- (D) provocação, referindo-se à competição;
- (E) constrangimento, causando incômodo social.

20

O objetivo da charge é:

- (A) condenar a preocupação exagerada com a alimentação;
- (B) aconselhar uma alimentação saudável;
- (C) desaconselhar a ingestão de refrigerantes;
- (D) incentivar a busca por um corpo perfeito;
- (E) alertar para os perigos provocados pela gordura em excesso.

Legislação Específica

21

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, a aprovação e a deliberação sobre criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens inerentes ao Executivo Municipal compete:

- (A) ao Prefeito, sem participação do Poder Legislativo;
- (B) ao Prefeito, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (C) à Câmara Municipal, com a iniciativa e sanção do Prefeito;
- (D) à Câmara Municipal, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (E) ao Tribunal de Contas, com prévio parecer da Câmara e do Prefeito.

22

A alienação de bens municipais está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado. Sabendo disso, o Prefeito de Salvador pretende realizar a alienação de um lote de cem metros quadrados, destinado à habitação de pessoa comprovadamente pobre.

De acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador, a iniciativa é possível, desde que não haja alienação de mais de uma área ou lote à mesma pessoa e seja:

- (A) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação e autorização legislativa, independentemente de licitação;
- (B) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação, autorização legislativa e licitação;
- (C) observado o preço médio de mercado, mediante prévia avaliação, dispensando-se autorização legislativa e licitação;
- (D) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, dispensando-se autorização legislativa e concorrência;
- (E) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, mediante prévia autorização legislativa, dispensando-se a concorrência.

23

João, Vereador da Casa Parlamentar de Salvador, deixou de comparecer, em seu primeiro período legislativo anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, eis que houve incompatibilidade com os horários em que leciona em universidade particular.

Conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Salvador, assegurada a ampla defesa, João:

- (A) será suspenso por até 30 (trinta) dias;
- (B) sofrerá desconto de 50% (cinquenta por cento) em seu subsídio;
- (C) será excluído de comissão parlamentar de inquérito;
- (D) responderá por crime contra o patrimônio público;
- (E) perderá o mandato de Vereador.

24

Em matéria de processo legislativo, a Lei Orgânica do Município de Salvador estabelece que:

- (A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias, salvo os casos de competência privativa, cabe ao Vereador, à Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e por proposta de 5% (cinco por cento) do eleitorado, no mínimo;
- (B) a proposta de emenda à lei orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos Vereadores;
- (C) aprovado em redação final, será o projeto de lei enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará no prazo de 30 (trinta) dias úteis, determinando o seu retorno à Câmara, para fins de publicação;
- (D) se o Prefeito considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, totalmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, vedado o veto parcial;
- (E) o Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, quando solicitar, deverão ser apreciados em regime de urgência, no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade do Presidente da Câmara.

25

À Mesa Executiva da Câmara Municipal compete, consoante dispõe o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador:

- (A) decretar desapropriação e intervenção em empresas concessionárias de serviço público, bem como permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros, quando não possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;
- (B) suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;
- (C) promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada, e administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;
- (D) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir regulamento para sua fiel execução, bem como baixar decretos e demais atos administrativos, fazendo-os publicar em órgãos oficiais;
- (E) fixar os preços dos serviços prestados pelo Município e os relativos à concessão, cessão, permissão ou autorização de uso de seus bens e serviços, bem como dirigir, superintender e fiscalizar serviços de obras municipais.

26

João, servidor público municipal da Câmara Municipal de Salvador, após processo administrativo disciplinar, foi demitido. Um ano depois, João reuniu provas de sua inocência, e logrou êxito em obter decisão administrativa que invalidou sua demissão.

No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar nº 01/91, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município de Salvador, o reingresso de João no cargo anteriormente ocupado junto ao Legislativo municipal ocorreu por meio:

- (A) da readaptação, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (B) da reintegração, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (C) do aproveitamento, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (D) da reversão, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (E) da recondução, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo.

27

Maria, servidora pública ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, durante 5 (cinco) dias úteis do mês de dezembro de 2017, ultrapassou sua jornada de trabalho em duas horas por dia, no horário de 22h às 24h, ao realizar serviço extraordinário em situações excepcionais e temporárias na Câmara, atendendo à necessidade do serviço.

No caso em tela, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Maria faz jus ao adicional:

- (A) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal diurna, sem prejuízo do adicional noturno;
- (B) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal diurna, caso não opte pelo adicional noturno;
- (C) por serviço noturno, pago na proporção de 150% (cento e cinquenta por cento) da hora normal diurna, sem prejuízo do adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (D) por serviço noturno, pago na proporção de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (E) por serviço noturno, pago na proporção de 50% (cinquenta por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários.

28

Joana e Joaquina, servidoras públicas municipais de Salvador, são casadas civilmente e, após regular processo judicial, adotaram o bebê Davi, de dez meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador:

- (A) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra à mesma licença, pelo prazo de 5 (cinco) dias;
- (B) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (C) uma delas terá direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (D) ambas terão direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar;
- (E) ambas terão direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar.

29

Cláudio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, no exercício da função pública, revelou segredo apropriado em razão do cargo, mediante publicação em uma de suas redes sociais na internet de fato sigiloso constante de um processo administrativo referente a determinada comissão parlamentar de inquérito.

Por ter praticado a falta funcional narrada, consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, após regular processo administrativo disciplinar, Cláudio está sujeito à pena de:

- (A) advertência, que será aplicada por escrito e, caso seja reincidente, à suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (B) suspensão, que terá até 90 (noventa) dias, independentemente de reincidência;
- (C) advertência e multa, no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (D) suspensão de até 60 (sessenta) dias e multa no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (E) demissão, cujo ato de imposição mencionará o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

30

Mauro, servidor público municipal efetivo, completou dez anos consecutivos de exercício de cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Salvador.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Mauro terá direito a perceber, quando exonerado, a título de:

- (A) abono de permanência, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (B) abono de permanência, valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, três anos;
- (C) estabilidade econômica, valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, dois anos;
- (D) estabilidade econômica, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (E) abono de chefia, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos.

Conhecimentos Específicos

31



A figura acima mostra o Teatro da Ribeira dos Icós, o mais antigo teatro do estado do Ceará, projetado pelo arquiteto Henrique Thérberge e construído em 1860. Essa obra exemplifica um estilo arquitetônico que se iniciou com a chegada da missão cultural francesa ao Rio de Janeiro, em 1816.

Da análise do estilo arquitetônico do teatro e da época de sua construção, é correto concluir que o teatro é um exemplo da Arquitetura:

- (A) Colonial;
- (B) Art Deco;
- (C) Neoclássica;
- (D) Moderna;
- (E) Eclética.

32

“O principal objetivo destes três instrumentos, de aplicação sucessiva, é o combate à retenção de terrenos ociosos em setores da cidade que, cada vez mais, se valorizam ao serem dotados, pelo poder público municipal, de infraestrutura e serviços urbanos, aumentando os custos de urbanização e expandindo, desnecessariamente, as áreas urbanas.” Oliveira, Isabel Cristina Eiras de. Estatuto da cidade; para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

Diante do exposto, os instrumentos descritos no parágrafo acima são:

- (A) imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo; outorga onerosa do direito de construir; preempção de imóvel urbano de interesse do município;
- (B) imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo; preempção de imóvel urbano de interesse do município; desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- (C) outorga onerosa do direito de construir; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; preempção de imóvel urbano de interesse do município;
- (D) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- (E) imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.

33

A NBR 13.531 - Elaboração de Projetos de Edificações – Atividades Técnicas, estabelece as atividades que são exigidas para o projeto de uma edificação, e a NBR 13.532 – Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura, a complementa, fixando as condições exigíveis para a elaboração de projetos de arquitetura especificamente, sendo aplicável a todas as classes tipológicas formais e funcionais de edificações.

Considere as seguintes afirmativas.

I. A etapa de Levantamento para o Projeto de Arquitetura tem como objetivo coletar dados que representem as condições do terreno destinado ao projeto, como levantamento planialtimétrico, dados ambientais, climáticos, ecológicos, geológicos, entre outros, excetuando-se as informações sobre construções preexistentes.

II. Faz parte da etapa de levantamento a pesquisa e a identificação das leis municipais de parcelamento de solo e de zoneamento que se aplicam ao terreno da futura edificação.

III. Não faz parte da fase de levantamento a elaboração do Programa de Necessidades, que é a etapa na qual se definem as exigências prescritivas ou de desempenho a serem satisfeitas pela edificação a ser concebida.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

34

A política urbana teve um capítulo especial na Constituição da República de 1988. Uma das novas exigências da Constituição é a necessidade de Plano Diretor para cidades com população acima de:

- (A) 5.000 habitantes;
- (B) 7.000 habitantes;
- (C) 10.000 habitantes;
- (D) 15.000 habitantes;
- (E) 20.000 habitantes.

35

O planejamento de uma construção civil deve prever que, antes do início da obra, seja realizado um registro das condições das edificações vizinhas.

A respeito desse registro, analise as afirmativas a seguir.

I. Deve ser realizado por meio de uma perícia nas edificações antes do início das obras.

II. A escolha das edificações deve contemplar pelo menos as que tenham limite com a construção a ser realizada.

III. Tem a finalidade de salvaguardar o proprietário do imóvel submetido a esse registro.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

36

Às vésperas da finalização da obra de construção de uma residência, Ana, arquiteta responsável pela empreitada, recebe o contratante e dono do imóvel. Em relação a um determinado cômodo, ele solicita uma mudança de tensão na tomada dedicada (de 127 V para 220 V), que alimentaria o condicionador de ar de janela, mas ele já possuía o aparelho de 220 V. Sabe-se que os aparelhos de 127 V e 220 V possuem potência, rendimento e fator de potência iguais.

O proprietário, diante das circunstâncias, afirma que:

I. O aparelho de 220 V que será usado permitirá uma economia na conta de energia elétrica em relação ao de 127 V.

II. O disjuntor de proteção do circuito considerado, instalado no Quadro Geral de Proteção e Distribuição, precisaria ser revisto e recalculado.

III. O cabeamento do circuito deve ser modificado, aumentando sua seção.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

37

Método de locação aplicado em obras de grande porte onde são empregados equipamentos de topografia e uma estrutura de madeira, composta por pontaletes nos quais são pregadas tábuas ao longo de todo o perímetro da edificação, para posicionar os elementos de obra.

A descrição se refere ao método:

- (A) do Gabarito;
- (B) da Poligonal;
- (C) do Cavalete;
- (D) do Esquadro;
- (E) da Envoltória.

38

Deseja-se realizar o escoramento das formas para concretagem de uma viga interna, utilizando pontaletes de eucalipto como escoras.

Considere os seguintes dados do projeto:

- Peso total a ser suportado pelas escoras: 512 kgf/m
- Área da seção da escora: 80 cm²
- Coeficiente de Rondelet: 0,4
- Tensão admissível do eucalipto: 50 kgf/cm²
- Fator de segurança da tensão admissível da escora: 2,5

O espaçamento mínimo entre cada escora, em metros, é:

- (A) 1,00;
- (B) 1,18;
- (C) 1,25;
- (D) 1,35;
- (E) 1,50.

39

A respeito da atividade de elaboração do Projeto de Arquitetura, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

() As informações técnicas produzidas em quaisquer das etapas de elaboração do projeto de arquitetura devem ser apresentadas sempre por meio de desenhos, maquetes e textos.

() Os documentos técnicos (desenhos e textos) produzidos para o projeto de arquitetura, que forem rejeitados parcial ou totalmente pelo contratante, devem ser revistos ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.

() Para o desenvolvimento do Projeto para Execução de Arquitetura, ou Projeto Executivo (PE-ARQ), devem ser utilizadas as seguintes informações de referência: o anteprojeto ou projeto básico de arquitetura, anteprojeto ou projetos básicos produzidos por outras atividades técnicas, e outras informações que sejam relevantes.

A sequência correta é:

- (A) F, V, V;
- (B) V, F, V;
- (C) F, V, F;
- (D) V, F, F;
- (E) V, V, V.

40

A Arquitetura Bioclimática reúne estratégias de projeto para reduzir o consumo de energia de uma edificação, utilizando dados microclimáticos do sítio como base. Em geral, são duas as maneiras de melhorar o desempenho energético de um edifício: através do aproveitamento das características favoráveis do sítio e da proteção contra os aspectos desfavoráveis.

No contexto da Arquitetura Bioclimática, é correto afirmar que:

- (A) para as estações quentes, as janelas de uma edificação devem estar localizadas na direção contrária do vento dominante favorável;
- (B) a ventilação natural deve ser constante nos climas quente-úmidos, a fim de dar conforto ao usuário do edifício, manter a qualidade do ar e resfriar as superfícies interiores do local, durante o período quente;
- (C) a temperatura de uma superfície exposta à radiação intensa geralmente é menor do que a do ar. Portanto, nos climas quente-úmidos, o efeito da convecção em superfícies expostas à radiação não é desejável, porque o movimento do ar tende a esfriá-las por evaporação;
- (D) a orientação na implantação de um edifício em função da radiação solar perde sua importância para locais com alta latitude;
- (E) deve-se aproveitar o movimento do ar sobre as superfícies expostas à radiação intensa, a fim de resfriá-las, escolhendo-se lugares altos ou em encostas para implantar a edificação, pois a velocidade do vento diminui com a altitude.

44

Com o objetivo de sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, o Programa Cidades Sustentáveis oferece aos gestores públicos uma agenda de sustentabilidade urbana com 12 eixos temáticos, um conjunto de indicadores associados a essa agenda e um banco de referência com casos práticos nacionais e internacionais, disponíveis na plataforma cidadessustentaveis.org.br.

O eixo “Planejamento e Desenho Urbano” tem como objetivo reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

Diante do exposto, pode-se dizer que o eixo “Planejamento e Desenho Urbano” favorece:

I. o ordenamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas apropriadas;

II. o aproveitamento dos recursos e fenômenos naturais no planejamento urbano;

III. a setorização funcional dos bairros, estimulando a criação de bairros com funções e usos específicos, dando prioridade para a vocação turística dos centros das cidades.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

45

Para fins de análise das malhas viárias, pode-se dividi-las em três tipos: regular, irregular e contemporânea.

A esse respeito, analise as definições a seguir.

I. regular: malhas viárias propiciam uma boa mobilidade urbana;

II. irregular: possui uma mobilidade urbana dificultada pela conformação de sua estrutura viária com formação labiríntica em muitos casos;

III. contemporânea: é a melhor estrutura viária das apresentadas, pois possui uma regularidade das vias, além dos arcos viários.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

46

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, processos de intervenção em centros urbanos internacionais ocorreram com objetivos, estratégias e resultados diferentes. Destaca-se aqui a Renovação e a Preservação Urbana.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) logo o pós-guerra, a Preservação Urbana deu preferência ao novo. Na Europa houve um contrafluxo ao movimento de suburbanização, e, nos Estados Unidos, as ações de demolir, construir para renovar, expressavam o Movimento Moderno;
- (B) a Renovação Urbana na Europa buscou manter as edificações históricas, como comércios, indústrias, museus, afirmando seus valores e culturas que precederam a Segunda Guerra Mundial;
- (C) o processo de Renovação Urbana traz em seu escopo a negação do movimento que lhe antecedeu: a modernização. A preservação e a restauração passam a ser vistas como novo status de distinção;
- (D) os Estados Unidos renovaram o interesse social e nacional em seu bicentenário de independência. Com isso se inicia uma nova fase, que coincide com a ideia das elites de renovar, buscando-se, assim, a construção para a Renovação Urbana;
- (E) a Preservação Urbana do patrimônio histórico dos grandes centros usa como estratégia a ideia de melhora de padrão de vida ao se conviver com a natureza, o que leva os americanos a buscar os subúrbios.

47

Além de contribuírem para o bem-estar psicológico e físico dos cidadãos e de reduzir a poluição, a arborização urbana contribui sobremaneira para a melhoria de outros aspectos da cidade, que por vezes podem passar despercebidos.

Considere uma cidade hipotética onde a prefeitura decidiu criar parques próximos à área urbana. Passados alguns anos, como era de se esperar, houve uma melhoria nos indicadores de poluição da cidade. Entretanto, percebeu-se também uma redução do consumo de energia elétrica nos domicílios.

Um dos motivos pelos quais a arborização urbana pode ter contribuído para a redução do consumo de energia elétrica da cidade pode ser:

- (A) a desapropriação realizada para o plantio das árvores reduziu o número de residências da cidade, diminuindo o consumo de energia;
- (B) as árvores melhoraram o conforto térmico da cidade, e por sua vez, reduziram a necessidade do gasto com energia para a climatização dos ambientes das edificações;
- (C) a liberação do gás carbônico no processo de respiração das árvores ameniza a temperatura, reduzindo o gasto com refrigeração;
- (D) a desvalorização da área arborizada, que passou a ser ocupada por habitantes com menor poder aquisitivo, com perfil de consumo de energia menor;
- (E) as áreas urbanizadas diminuíram o sedentarismo das pessoas, que passaram a consumir menos energia elétrica.

48

O Programa Monumenta, concebido no final da década de 90, foi um marco na Preservação do patrimônio cultural brasileiro, pois viabilizou a recuperação de 300 edifícios, beneficiando mais de mil moradores de centros históricos, através do financiamento para a recuperação de imóveis privados. O Programa buscou garantir a diversidade social e funcional nas áreas de intervenção, com especial incentivo do uso para a habitação, ampliando as possibilidades para além do turismo cultural, e promovendo a ocupação das edificações sob proteção de forma integrada com a requalificação dos espaços públicos.

Os conceitos sobre como e o quê preservar, conservar e restaurar evoluíram ao longo de séculos de desenvolvimento de experimentos e reflexões.

Sobre os princípios e diretrizes que orientam as práticas de restauro de edificações, é correto afirmar que:

- (A) entende-se por princípio da utilização a regulação das inserções de materiais, acréscimos ou próteses no edifício em processo de restauração, que devem ser compatíveis com o material existente, sem causar danos ou agressões quando inseridos;
- (B) se o diagnóstico prévio de uma intervenção de restauro apontar acréscimos e contribuições de épocas posteriores à da construção original, devem-se remover os acréscimos, objetivando uma unidade estilística original, de acordo com os preceitos da Carta de Veneza;
- (C) os elementos destinados a substituir partes faltantes, quando necessário, devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento da história;
- (D) em todos os casos, é fundamental a qualidade da intervenção, e que os novos elementos a serem introduzidos sejam de caráter irreversível e se harmonizem com o conjunto;
- (E) o diagnóstico prévio de uma intervenção de restauro é facultativo quando os serviços limitam-se à recomposição da pintura.

49

Um gestor ficou encarregado de gerenciar uma obra de construção civil, composta de várias atividades, com uma duração total planejada de 12 meses.

A tabela abaixo mostra a avaliação realizada por esse gestor ao fim do 5º mês da obra, referente a apenas uma atividade específica da obra.

	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejado	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Executado			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Estimado						■	■	■	■	■	■	■

A duração remanescente da atividade é de:

- (A) 1 mês;
- (B) 2 meses;
- (C) 3 meses;
- (D) 4 meses;
- (E) 5 meses.

50

Segundo a Lei nº 8666/93, o Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

De modo a atender o que prescreve a Lei, o Projeto Básico deverá apresentar:

- (A) desenvolvimento da solução escolhida, de forma a fornecer visão detalhada da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- (B) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto conceitual;
- (C) identificação dos tipos de serviços a executar, ficando o levantamento dos materiais e equipamentos para a fase do projeto executivo;
- (D) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- (E) orçamento resumido do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

51

O orçamento de uma obra pode tomar terminologias diferentes, em função da fase de projeto em que é elaborado.

Dentre as terminologias do orçamento de uma obra, aquela que corresponde à avaliação de custo obtida através de levantamento e estimativa de quantidades de materiais, serviços e equipamentos e pesquisa de preços médios, usualmente utilizada a partir do anteprojeto da obra, é denominada:

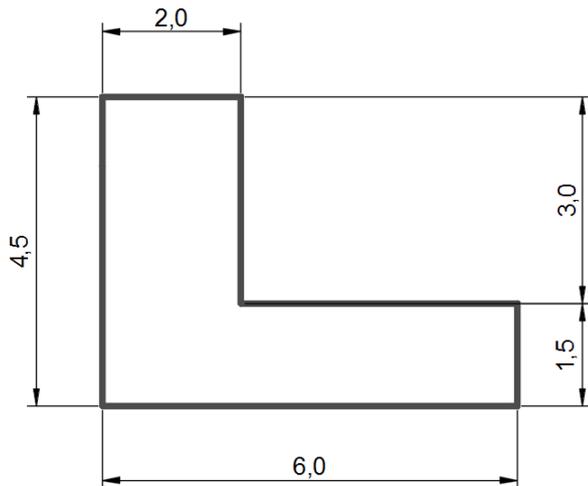
- (A) estimativa de custo;
- (B) orçamento preliminar;
- (C) orçamento estimativo;
- (D) orçamento analítico ou detalhado;
- (E) orçamento sintético ou orçamento reduzido.

52

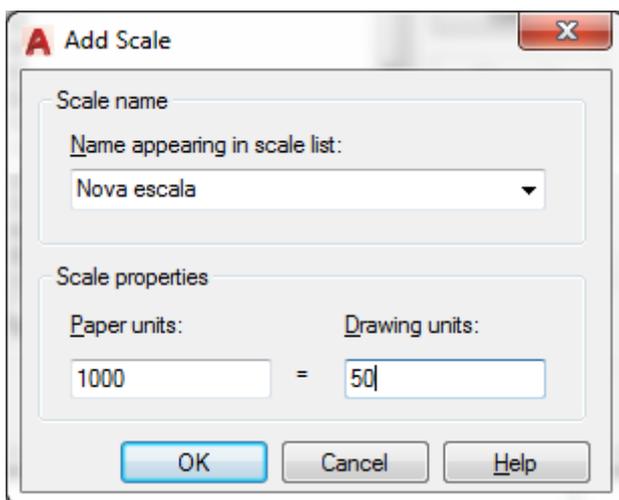
A respeito da Perícia Técnica, é correto afirmar que:

- (A) é efetuada na esfera criminal, tendo o profissional responsável a incumbência de emitir uma conclusão sobre o julgado;
- (B) o seu pedido não pode ser acompanhado de quesitos, a fim de manter a imparcialidade no trabalho;
- (C) o profissional responsável pode proceder à intervenção sobre o objeto de seu trabalho;
- (D) o profissional responsável, ao perceber a existência de acordo, deve relatar no final de seu trabalho;
- (E) é uma atividade estritamente técnica, em que o profissional deve-se abster das questões processuais.

53



A figura acima apresenta o croqui de um cômodo de uma residência onde as cotas indicadas estão em metros. No *layout* do programa AutoCad é acessada a ferramenta *Add Scale* e, na caixa de diálogo que se abre, são lançadas as informações mostradas na figura abaixo.



Diante do exposto, o croqui será plotado na escala:

- (A) 1000:50;
- (B) 1:5;
- (C) 1:20;
- (D) 20:1;
- (E) 1:50.

54

Referente ao Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) os itens classificados como recomendações devem ser seguidos de forma específica e restrita às suas circunstâncias, cuja transgressão é passível de punição disciplinar;
- (B) os itens classificados como recomendações refletem boas práticas da profissão, não tendo nenhuma relação com sanções disciplinares;
- (C) os itens classificados como regras são de observância obrigatória a todo arquiteto e urbanista, cuja transgressão resulta em cassação imediata do registro do profissional;
- (D) é vedado ao arquiteto e urbanista o exercício simultâneo da docência e da atividade profissional na esfera pública;
- (E) é dever do arquiteto e urbanista adotar soluções que garantam a qualidade da construção nos serviços de sua autoria e responsabilidade.

55

Relativo às características de águas naturais, é correto afirmar que:

- (A) a turbidez é sempre sinal de matéria tóxica em suspensão, tornando a água imprópria para consumo;
- (B) o sabor e o odor nem sempre são indicativos de água imprópria para o consumo, de forma que o tratamento para redução dessas características tem o objetivo de evitar repugnância do usuário ao consumo da água;
- (C) a cor natural da água é um indicativo de toxidez, sendo necessário realização de tratamento da água para retirar a coloração antes do consumo;
- (D) o manganês é uma substância inerte, comumente encontrada em águas de superfície, cuja concentração não impacta a potabilidade da água;
- (E) águas subterrâneas não contêm agentes biológicos, devido à alta concentração de manganês, dispensando o uso do cloro para sua esterilização.

56

Lençóis subterrâneos muito profundos geralmente apresentam uma água com boa qualidade. No entanto, é comum apresentarem falta de oxigênio e presença de gás carbônico.

Para esses problemas, o processo de tratamento adequado é:

- (A) flotação;
- (B) decantação;
- (C) arejamento;
- (D) filtração;
- (E) desinfecção.

57

No processo físico de filtração, o projeto da estação do tratamento de águas é robustamente impactado pela qualidade e volume de água a ser tratada, dentre outras características.

Nesse contexto, considerando as variáveis e características do processo de filtração lenta e do processo de filtração rápida, é correto afirmar que:

- (A) a filtração lenta é simples e eficiente, aplicada apenas a águas de pouca turbidez e com taxas de filtração menores, com a vantagem de exigir poucas obras civis e terrenos pequenos;
- (B) na filtração rápida são considerados seguros e eficientes o uso dos filtros de dupla camada: carvão antracito e areia. O tamanho das áreas desses filtros pode chegar a dezenas de metros quadrados;
- (C) a taxa de filtração é o tempo em que o filtro passa em operação entre duas lavagens seguidas, podendo durar de três a cinco dias, alongando-se tais intervalos principalmente no início do período chuvoso;
- (D) os filtros rápidos convencionais de areia, fluxo ascendente, apresentam taxa de filtração $20\text{m}^3/\text{m}^2.\text{dia}$, camada de pedregulho estreita (altura aproximada de 5 cm) e grande remoção de odor e sabor;
- (E) os filtros lentos têm desempenho na remoção de bactérias inferior ao dos filtros rápidos, mas são excelentes para águas de elevada turbidez e apresentam boa remoção de odor e sabor.

58

Você está realizando o projeto de uma fossa séptica, de câmara única, de um pequeno prédio residencial com 12 apartamentos. Estima-se que o número médio de moradores por apartamento é 4. Sabe-se que, para o imóvel em questão, adota-se o valor de 200 L/dia de contribuição unitária de esgotos e 1 L/dia para lodo fresco.

Período de detenção (T)			
Contribuição L/dia			Dias (T)
Até		6.000	1
6.000	a	7.000	0,8
7.000	a	8.000	0,75
8.000	a	9.000	0,7
9.000	a	10.000	0,65
10.000	a	11.000	0,6

Em função dos dados fornecidos e da Tabela do Período de detenção mostrada acima, o volume, em litros, da fossa séptica é:

- (A) 10.560;
- (B) 11.040;
- (C) 11.960;
- (D) 12.000;
- (E) 14.400.

59

Quanto à gestão de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, é correto afirmar que:

- (A) deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: tratamento, reciclagem, reutilização e disposição final ambientalmente adequada;
- (B) são consideradas geradoras de resíduos sólidos as pessoas jurídicas, de direito privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, excetuando o consumo próprio;
- (C) rejeitos são resíduos sólidos que não podem ser reaproveitados nem tratados, devendo ser reciclados;
- (D) a logística reversa diz respeito ao conjunto de ações que viabilizam a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para que este faça a destinação final ambientalmente adequada;
- (E) os estabelecimentos comerciais não são obrigados a elaborar um plano de gestão de resíduos sólidos, desde que eles não gerem resíduos perigosos.

60

O escoamento em redes de esgoto sanitário preferencialmente deve ser orientado no sentido dos pontos de maiores para os de menores cotas, a fim de que esse escoamento seja realizado por gravidade.

Para as localidades de baixa declividade, o traçado mais adequado, entre os apresentados, é:

- (A) radial;
- (B) leque;
- (C) espinha de peixe;
- (D) perpendicular;
- (E) em rede.

61

O processo de impermeabilização do solo ocasionado pelas construções urbanas (ruas, calçadas, pátios, etc) está relacionado com as enchentes: a água que se infiltraria no solo passa a correr na superfície. Em particular, construções de passeios públicos, praças, estacionamentos, residências, comércios e indústria, além de lixos, entulhos e outros detritos, junto às vias urbanas e rodovias inseridas em ambientes urbanos, somados a potenciais alterações que essas podem causar no caminho natural das águas, resulta em um quadro geral complexo ao se tratar de drenagens urbanas.

Como parte da drenagem, considere a existência de um bueiro sob uma via, dimensionado como canal para o tempo de recorrência de 25 anos e a verificação como orifício para um tempo de recorrência de 50 anos.

A partir da fórmula de Manning, a vazão que o bueiro opera é:

- (A) proporcional à área e inversamente proporcional ao coeficiente de rugosidade;
- (B) proporcional à área e proporcional ao quadrado do coeficiente de rugosidade;
- (C) proporcional à velocidade de escoamento e proporcional ao coeficiente de rugosidade;
- (D) proporcional à velocidade de escoamento e inversamente proporcional a declividade do bueiro;
- (E) proporcional ao quadrado da velocidade de escoamento e proporcional à declividade do bueiro.

62

Grandes cidades sofrem com a poluição atmosférica. O grande número de automóveis e indústrias fazem com que grandes quantidades de poluentes sejam lançadas na atmosfera, reduzindo a qualidade do ar.

Um dos fatores que agravam a poluição do ar nas grandes cidades é(são):

- (A) a alta velocidade dos ventos, que contribui para o acúmulo dos poluentes;
- (B) as grandes zonas de convecção nessas regiões, que impedem a dispersão dos poluentes;
- (C) a grande estabilidade atmosférica, que facilita a diluição dos poluentes no ar limpo;
- (D) o relevo com muitos obstáculos, que provoca a redução da velocidade dos ventos, impedindo a dispersão dos poluentes;
- (E) a baixa estabilidade atmosférica, que aumenta a concentração dos poluentes no ar.

63

Ao analisar o bem-estar de seus habitantes com o objetivo fundamental da Política Urbana, é primordial inserir nesse contexto a preocupação com o ambiente preservado. A Constituição da República de 1988, em seu Art. 225, esboça semelhante preocupação ao abordar a defesa do meio ambiente.

É uma questão norteadora da política municipal do meio ambiente o que se apresenta em:

- (A) o meio ambiente como bem de uso privado;
- (B) a prevalência do interesse particular;
- (C) o acesso reservado à informação;
- (D) a efetiva participação da população na defesa e preservação do meio ambiente;
- (E) a priorização das políticas econômicas.

64

Segundo o que pode ser verificado no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências), as unidades de conservação poderão ter conselho consultivo ou deliberativo, presididos pelo chefe da unidade de conservação, que designará os demais conselheiros.

Dado: OSCIP é abreviação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

É pertinente aos conselhos:

- (A) firmar o termo de parceria para a gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP, regulando tal gestão;
- (B) prestar obrigatório apoio à participação do órgão executor nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado;
- (C) compor seus conselheiros indicados dentre integrantes de entidades da sociedade civil não governamental. São vetados os conselheiros ligados a quaisquer esferas públicas;
- (D) acompanhar a gestão da unidade de conservação por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- (E) realizar, nos casos em que há compensação ambiental, o correlato cálculo de compensação, observando as informações legais e pertinentes.

65

Sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Salvador/BA, é correto afirmar que:

- (A) se na construção de quaisquer obras não for possível evitar a destruição da vegetação original, será obrigatória a implementação de medidas compensatórias que garantam a conservação em áreas próximas ou em outras áreas de interesse ambiental no Município;
- (B) empresas que se cadastrarem no CMPAD, denominado Cadastro Municipal para Proteção do Ambiente contra Danos, têm direito a até 10% de desconto no IPTU, de acordo com a extensão de suas práticas sustentáveis;
- (C) a TCFA/Salvador, denominada Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental de Salvador, é equivalente a 20% da TCFA devida ao IBAMA;
- (D) são isentas do pagamento da TCFA/Salvador todas as entidades públicas e as entidades privadas cadastradas no CMPAD;
- (E) é vedada a concessão da ASV, denominada Autorização de Supressão de Vegetação, para corte ou supressão de vegetação de Mata Atlântica.

66

Em tema de concurso público para ingresso de pessoal no serviço público e de servidores públicos, a Constituição da República de 1988 estabelece que:

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- (B) o prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável duas vezes, por igual período, e, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, é vedada a realização de novo concurso;
- (C) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (D) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deverá necessariamente ser precedida de concurso público;
- (E) os cargos em comissão são ocupados exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

67

De acordo com o texto constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível:

- (A) a cassação dos direitos políticos, o ressarcimento ao erário, a perda da função pública e a proibição de contratar com o poder público;
- (B) a inelegibilidade, a pena privativa de liberdade, a multa e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;
- (C) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, a multa e a pena privativa de liberdade;
- (D) a pena restritiva de direito, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário e a multa administrativa;
- (E) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

68

A Constituição da República de 1988 em sua atual redação estabelece que uma servidora pública municipal estatutária ocupante de cargo efetivo de Analista Legislativo pode aposentar-se voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, caso preencha, cumulativamente, os requisitos de tempo mínimo de:

- (A) 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos;
- (B) 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público e idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos;
- (C) 10 (dez anos) no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos;
- (D) 10 (dez anos) de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 60 (sessenta) anos;
- (E) 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos.

69

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo da Câmara Municipal, foi demitido injustamente.

Invalidada por sentença judicial sua demissão, de acordo com as disposições constitucionais, João será:

- (A) readaptado, e o eventual ocupante da sua vaga originária, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização;
- (B) reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) aproveitado em cargo de atribuições, escolaridade e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, com direito a indenização e vantagens pecuniárias pretéritas e remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (D) aproveitado em cargo de atribuições, escolaridade e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, sem direito a indenização e vantagens pecuniárias pretéritas, para não configurar seu enriquecimento ilícito;
- (E) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

70

Maria, servidora pública estável ocupante do cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, foi eleita Prefeita na mesma cidade.

De acordo com as disposições constitucionais sobre a matéria, Maria:

- (A) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será afastada do cargo efetivo, auferindo necessariamente os subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- (B) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será afastada do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- (C) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será exonerada do cargo efetivo, auferindo necessariamente os subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- (D) se houver compatibilidade de horários, lhe será facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou pelos subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- (E) se houver compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Redação

Sobre a intolerância (UNESCO)

A intensificação atual da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do antissemitismo, da exclusão, da marginalização e da discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, dos refugiados, dos trabalhadores migrantes, dos imigrantes e dos grupos vulneráveis da sociedade e também pelo aumento dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento...

Com base no texto acima, responda à seguinte questão:

Afinal de contas, o que está acontecendo com o planeta?

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você procure analisar os diversos problemas do planeta como um todo, indicando possíveis soluções.

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos, com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

Realização

